CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução vídeo

Apoio a Trump custa caro a Tarcísio

Tarcísio em incômoda berlinda

Circula um vídeo da deputada Tábata Amaral (PSB-SP) que mostra o tamanho da encalacrada em que se meteu neste momento o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). De maneira inteligente, Tábata adota no vídeo um tom mais de apelo do que crítica. E diz que momentos graves exigem dos governantes firmeza. Maior centro produtivo do país, São Paulo será o estado mais afetado caso o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, leve adiante a patacoada que ameaçou fazer com o suposto intento de ajudar o ex-presidente Jair Bolsonaro atrapalhando o país. Tábata coloca o dedo na ferida: São Paulo é o maior estado exportador brasileiro para os Estados Unidos."Sua responsabilidade é com os paulistas".

Limeira

Ela, então, enumera cidades que Tarcísio governa, que serão prejudicadas. "O seu dever é defender os trabalhadores de Limeira, maior exportadora de laranjas para os Estados Unidos", lembra Tátaba. "Uma atividade da qual dependem 45 mil famílias paulistas".

Rio Preto

"Sabe qual é o estado que exporta carne bovina para os Estados Unidos", pergunta Tábata. "É São Paulo. É Rio Preto. É Araçatuba". E segue com o café produzido na Alta Mogiana, região do Noroeste de São Paulo. "Milhões de famílias que se sustentam na cadeia da exportação".

Reprodução vídeo

Tábata imprensa Tarcísio de Freitas

Os dois principais jornais de São Paulo no mesmo recado

Tábata batalha numa situação curiosa. Ela costuma ser atacada tanto pela direita como por parte da esquerda. Mas hoje no PSB, aproxima-se da mesma linha do vice-presidente Geraldo Alckmin, que, pelas conexões que tem com o setor produtivo paulista, pode virar uma pedra no sapato de Tarcísio. Nesse sentido, chamaram a atenção os editoriais muito parecidos dos dois principais jornais de São Paulo, O Estado de S. Paulo e a Folha de São Paulo. Publicados logo após o anúncio da carta de Trump, eles parecem se unir num mesmo recado a Tarcísio: "Ou o senhor se descola de Bolsonaro, ou nós nos descolamos do senhor".

Estadão

Eis o que diz o Estadão: "É absolutamente deplorável que ainda haja (...) quem defenda Trump, como (...) fez o governador (...) Tarcísio de Freitas (...) Vestir o boné de Trump, hoje, significa alinhar-se a um troglodita (...) Eis aí o mal que faz um irresponsável como Bolsonaro".

Folha

Eis o que diz a Folha: "Ou bem Tarcísio defende os exportadores paulistas e a soberania nacional ou continua posando de joguete de boné de um agressor estrangeiro e da família Bolsonaro". Os recados são claro, e a interpretação, assim, mais clara ainda.

Eduardo

A reação do filho do ex-presidente, Eduardo Bolsonaro, ao saber que Tarcísio fora ao encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos, Gabriel Escobar, tentar negociar a reversão da ameaça de Trump acentua ainda mais esse desconforto de Tarcísio.

Pressão

Eduardo comemora a sobretaxação como forma de pressão para que se reverta a provável condenação de seu pai no Supremo Tribunal Federal (STF). Reversão que não parece poder acontecer. E parece esperar que o povo de São Paulo aceite nisso uma boa dose de sacrifício.

Congresso acelera pauta, antes de entrar em recesso

Imposto de Renda, dívida dos municípios, tarifaço de Trump

Por Gabriela Gallo

Bruno Spada

Sessões deliberativas marcadas já para segunda-feira

Na última semana antes do recesso parlamentar, agendado para esta sexta-feira (18), o Congresso Nacional prevê uma semana movimentada, na intenção de tentar adiantar o máximo possível de pautas relevantes tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado ainda no primeiro semestre. Somente nesta segunda-feira (14), está agendada no plenário da Câmara uma série de discussões e votações. Dentre elas, os parlamentares discutem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66/2023, a PEC dos Precatórios, que negocia novos prazos para dívidas dos municípios com a previdência.

Oriunda do Senado Federal, a PEC 66/23 "institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS)". Na prática, a medida visa amenizar o caixa de municípios que enfrentam dificuldades para honrar compromissos previdenciários e judiciais com a União, o que compromete o equilíbrio fiscal e investimentos locais.

Licenciamento ambiental

Ainda na sessão desta segunda, os parlamentares votarão a urgência do projeto de lei que cria a Lei Geral do Licenciamento Ambiental (PL 2159/2021). Aprovado no plenário do Senado Federal em maio, a proposta do texto é simplificar a concessão de licenças para empreendimentos de menor impacto ambiental através da flexibilização e padronização da emissão da licença em todo território nacional.

A proposta é considera polêmica. De um lado, a bancada do agronegócio e demais interessados na medida defendem que as mudanças impulsionarão a indústria e o desenvolvimento econômico do país. Em contrapartida, ambientalistas argumentam que a medida aumentará o desmatamento, além de demais complicações ambientais.

IRPF

Ainda na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (16) a comissão especial que analisa o projeto de lei que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (PL 1087/25) votará o relatório do ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O projeto amplia a faixa de isenção do pagamento do imposto de renda para quem ganha até R$ 5 mil mensais, promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). E cria taxação até 10% para os mais ricos como compensação.

PEC da Segurança

Também na quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara retoma a votação da Proposta de Emenda à Constituição que reformula o modelo da segurança nacional (PEC 18/2025). A PEC da Segurança Pública inicialmente seria votada na última quarta-feira (9), mas foi adiada para esta semana após um pedido de vista coletivo (ou seja, mais tempo para análise).

Tarifaço

Além dessas pautas, o Congresso Nacional começa a se movimentar para tentar reverter as tarifas de 50% impostas pelos Estados Unidos. Nesta terça-feira (15), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado realizará uma audiência pública para debater a estratégia que o Brasil deve adotar diante da recente tarifa de importação imposta pelo presidente norte-americano Donald Trump. A sessão foi convocada pelo presidente da comissão, senador Nelsinho Tradd (PSD-MS).

Supremo deve receber parecer de condenação de Bolsonaro

Por Gabriela Gallo

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Gonet deverá entregar parecer a Moraes

Assim como o Congresso, a semana também será intensa no Supremo Tribunal Federal (STF). Nesta terça-feira (15), às 15h, está agendado o encontro com representantes dos Três Poderes para definir as mudanças do Imposto de Operações Financeiras (IOF), na sala de audiências do Supremo Tribunal Federal (STF). A audiência de conciliação foi agendcada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, após as divergências entre governo e Congresso Nacional sobre mudanças no imposto.

Estão confirmados os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP); o procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet; o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias; o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e demais autoridades.

Tudo começou após a equipe econômica do governo federal editar, em maio, um decreto presidencial alterando as alíquotas do IOF. Após forte repercussão, o Ministério da Fazenda voltou atrás pouco tempo depois e alterou o decreto. Dentre as mudanças, está a incidência de Imposto de Renda com alíquota de 5% para novas emissões de títulos que atualmente são considerados isentos – como Letras de Crédito Agrícola e de Crédito Imobiliário, Certificados de Recebível Imobiliário e de Recebível do Agronegócio e debêntures incentivadas.

As medidas foram apresentadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, numa reunião na casa de Hugo Motta. E houve ali um aceno para negociação. Mas., ao contrário, Câmara e Senado levaram a votação um descreto legislativo que derrubou a medida do presidente. O governo recorreu ao Supremo, e a decisão de Moraes foi buscar um acordo.

Esta não é a primeira vez que representantes dos três poderes se reúnem para definir sobre um tema complexo. Eles fizeram o mesmo no embate entre os poderes sobre as emendas parlamentares – e apesar de terem chegado a um acordo, os problemas não acabaram. Portanto, não há expectativa de que os embates sobre o IOF sejam definidos em uma única reunião.

Gonet

Nesta segunda-feira (14) termina o prazo do procurador-geral da República entregar o parecer sobre os oito réus acusados de compor o núcleo principal do plano de tentativa de golpe de Estado, dentre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Com base nos interrogatórios e como o processo judicial vem se desdobrando até o momento, a expectativa é que Paulo Gonet peça a condenação de Jair Bolsonaro e dos demais sete reús envolvidos.

O prazo para o PGR entregar o relatório se encerrou neste sábado (12), mas como a data caiu no final de semana, ela foi "prorrogada" para segunda. O documento será entregue para o ministro-relator do caso, Alexandre de Moraes, e será analisado pela Primeira Turma do Supremo.

Interrogatórios

Além disso, nesta segunda-feira (14), a Primeira Turma do STF dá início aos interrogatórios dos demais réus dos núcleos dois, três e quatro da trama golpista. No primeiro dia, serão realizados os depoimentos das testemunhas de acusação, apresentadas pela PGR, além do depoimento do tenente-coronel Mauro Cid, na condição de informante, visto que ele fechou um acordo de colaboração premiada no caso. As falas de Cid serão comuns às três ações. As audiências das testemunhas de defesa do núcleo dois acontecerão entre os dias 15 e 21 de julho, do núcleo quatro nos dias 15 e 16 de julho e do núcleo três entre os dias 21 e 23 de julho.

Além da articulação de tentativa de golpe, os réus do núcleo dois do plano de tentativa de golpe também foram responsáveis pelas ações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para dificultar a circulação de eleitores do Nordeste no segundo turno das eleições de 2022.

O núcleo três era responsável por elaborar ações táticas para implementar o plano. Já o núcleo quatro era responsável por organizar ações de desinformação.